

Acessos e literacias digitais: resultados portugueses do inquérito europeu EU Kids Online

CRISTINA PONTE

CIMJ, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
cristina.ponte@fcsh.unl.pt

Resumo:

Este texto incide sobre resultados nacionais retirados do inquérito europeu realizado pela rede EU Kids Online, que teve como objectivo principal conhecer como crianças e jovens (9-16 anos) vivem e lidam com situações de risco na internet: conteúdos pornográficos, ser alvo de sexting, cyberbullying, encontros offline com estranhos conhecidos na internet. No âmbito de um evento sobre literacia, media e cidadania, o nosso foco não vai, contudo, para esses resultados mas para os que caracterizam contextos de acesso e de uso da internet, actividades e competências declaradas por crianças e jovens portugueses, tendo em conta a sua idade, sexo e características socioeconómicas do agregado familiar. Após uma breve caracterização do inquérito europeu, a focagem nesses resultados de contexto evidenciará as características particulares de acesso e uso da internet por parte dos mais novos no nosso país: para além das diferenças por idades, comuns a todas as crianças, destacam-se uma recente e notória democratização no acesso, a liderança europeia na posse de computadores portáteis e o elevado interesse revelado na procura de espaços públicos de acesso livre para se fruir da internet com os amigos, como as bibliotecas. A estes sinais de abertura contrapõem-se, contudo, desigualdades de género nas condições de acesso entre rapazes e raparigas, sobretudo entre crianças mais novas, bem como valores de acesso diário ainda relativamente baixos na paisagem europeia e um claro fosso digital entre crianças e os seus pais em agregados com menos recursos socioeconómicos. Estas características de sinais contraditórios não podem ser ignoradas na promoção contínua e renovada de formas de capacitação dos mais novos na sua literacia digital – parte integrante da sua inclusão social e do exercício dos seus direitos e deveres de comunicação em cidadania.

Palavras-chave:

crianças e internet, literacia digital, inclusão digital,

EU Kids Online: o desenho de um inquérito europeu que escutou crianças e pais

Financiado pelo Programa europeu Safer Internet Plus e coordenado por Sonia Livingstone, da London School of Economics, o Projecto EU Kids Online tem constituído, desde 2006, uma plataforma de trabalho em rede para investigadores de mais de 20 países europeus em torno da pesquisa sobre crianças e internet, e também um espaço de discussão e de disponibilidade de recursos para a comunidade científica e todos os interessados nesta problemática: educadores, indústrias, entidades e decisores governamentais. Numa primeira fase (2006-2009), entre outras realizações como orientações para pesquisa sobre crianças e internet (Lobe, Livingstone et al., 2007; Lobe, Livingstone et al., 2008), o projecto caracterizou e explorou a pesquisa existente nos 21 países participantes, de carácter nacional ou transnacional, identificando as suas lacunas (Staksrud, Livingstone, Haddon (2007), no estudo comparado final (Hasebrink, Livingstone e Haddon (2009) ou ainda no livro colectivo que resultou desta primeira caracterização exaustiva da pesquisa (Livingstone e Haddon, ed., 2009).

O carácter disperso e dificilmente comparável dessa pesquisa levou contudo à vontade de criar “um sólido e inovador instrumento de inquérito”, que esteve na base da segunda fase do Projecto EU Kids Online (2009-2011), em torno do objectivo geral de “promover o conhecimento da experiência e das práticas das crianças europeias e dos seus pais no que se refere a usos seguros ou de risco na internet, de modo a informar a promoção de ambientes online mais seguros para as crianças” (ver www.eukidsonline.net). A aplicação da mesma bateria de perguntas e dos mesmos procedimentos no terreno nos agora 25 países participantes, possibilitaria uma comparação efectiva de resultados. A uma primeira parte, de inquirição sobre os acessos, usos e competências, seguia-se uma segunda parte, incidindo sobretudo sobre quatro grupos de riscos no centro das preocupações públicas (conteúdos pornográficos, sexting, cyberbullying e encontros *offline* com estranhos conhecidos na rede), com questões elaboradas tendo como base indicadores de vulnerabilidade e de resiliência.

Por detrás do desenho deste inquérito esteve o conhecimento sugerido pela pesquisa anterior, do EU Kids Online, de que quanto mais as crianças e jovens usam a internet e tiram partido dos seus benefícios mais encontram situações de risco, de forma acidental ou deliberada, de que os países europeus apresentam diferentes perfis de risco associado ao uso (genericamente: “muito uso, muito risco”, nos países nórdicos; “novos usos, novos riscos”, nos países do leste; “menor uso, menos riscos”, nos países do sul). Esteve também a constatação de que, apesar da retórica popular dos “nativos digitais”, muitas crianças não dispõem dos recursos suficientes para usar a internet de modo a explorar as suas oportunidades ou a desenvolver capacidades vitais de literacia digital (Livingstone, Haddon e Gorzig, 2011: 11), pelo que se impunha uma averiguação mais clara e comparada destas diversidades.

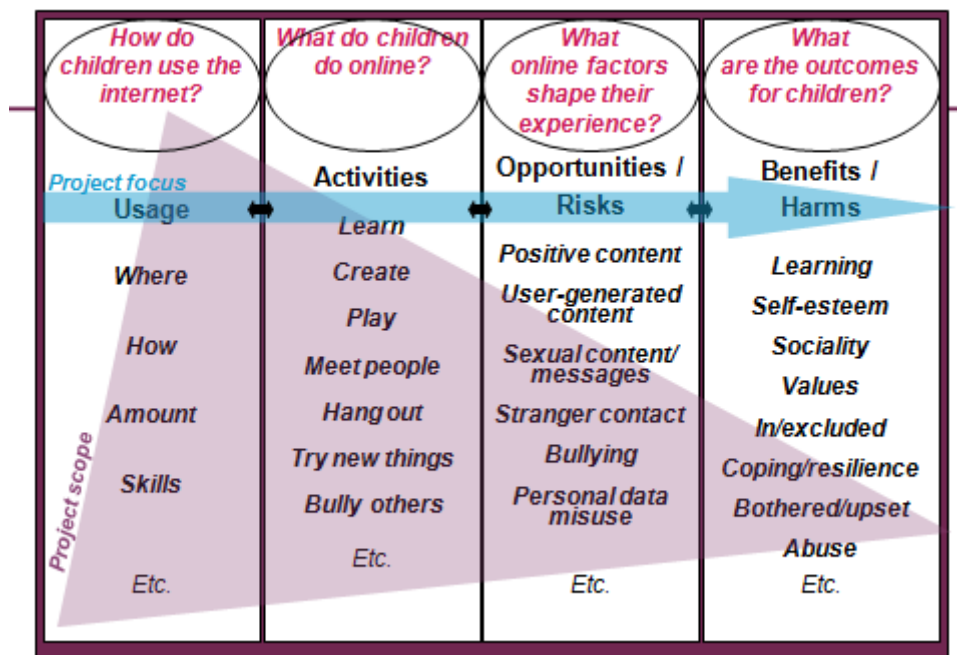
O inquérito foi aplicado a amostras aleatórias de mil crianças entre os 9 e os 16 anos, utilizadoras da internet, em cada país, na Primavera-Verão de 2010, reunindo um total de 25 países, do norte ao sul, do ocidente ao oriente europeu: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Lituânia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia e Turquia, num mosaico cultural e linguístico que caracteriza o espaço europeu. As entrevistas foram realizadas em casa das crianças, por inquirição face a face, separadamente a um dos pais e à criança, tendo as respostas sobre matérias sensíveis sido respondidas por esta por inquéritos de auto-preenchimento. A inquirição do pai ou da mãe permitiria também a comparação de dois olhares sobre essa experiência, nomeadamente no que se refere à apreciação das formas de mediação parental. Antes da sua aplicação, e dada a complexidade dos processos de tradução e de adaptação à realidade cultural dos países, o inquérito foi validado pela realização de testes cognitivos em todos os países

(ver Haddon e Ponte, 2010), tendo sido também ouvidos consultores nacionais e internacionais, num destacado desafio metodológico de que se dá conta noutra lugar (Livingstone, Haddon e Gorzig, no prelo)¹.

Retirado do Relatório Final, disponível em www.eukidonline.net, o Quadro 1 ilustra a amplitude das questões inquiridas: *Como é que as crianças usam a internet, quais são os seus usos* (onde, por que meios, como usam, frequência do uso, competências, etc.)? *O que fazem, quais são as suas actividades* (aprendizagens, actividades criativas, jogos, encontros com pessoas, experiências novas, actos de bullying, etc.)? *Que factores do online afectam a sua experiência, as suas oportunidades e riscos* (acesso a conteúdos positivos, conteúdos produzidos pelo próprio, mensagens e conteúdos sexuais, contactos com estranhos, bullying, uso indevido de dados pessoais, etc.)? E, por fim, *que consequências tem tudo isto para as crianças, o que lhes é benéfico e o que lhes é danoso* (aprendizagens, auto-estima, sociabilidade, valores, inclusão/exclusão, fazer face ao risco e resiliência, experiências negativas, abuso, etc), com o foco do inquérito a direccionar-se para a averiguação dos impactos daquelas situações de risco vividas por crianças e jovens.

Considerando-se que os riscos e as oportunidades não são indissociáveis (o “risco zero” seria o não uso, com tudo o que isso implica de exclusão de um ambiente que faz parte dos nossos dias), a perspectiva da pesquisa das relações das crianças com a internet dissocia contudo o risco da sua identificação totalitária com dano. Na experiência quotidiana, enfrentamos riscos e temos de fazer escolhas, sem corrermos riscos também não usufruímos de oportunidades. Pais e professores serão os adultos que podem orientar com maior proximidade a aprendizagem de como lidar com os riscos mas as condições de segurança também cabem às indústrias e beneficiam de regulações que tenham em conta a vulnerabilidade dos mais novos. Evitar situações de risco quando se usa a internet (por exemplo, sabendo avaliar da credibilidade de uma fonte ou de uma página ou das perenidade e alcance das mensagens colocadas na rede) ou saber resolver situações de risco não é uma experiência danosa, mas capacitante para um usufruto do seu potencial. De resto, é para isso que apontam os resultados gerais deste inquérito: a larga maioria das crianças respondentes declarou nunca ter ficado magoada incomodada com algo que lhe aconteceu na internet – o que não significa que seja de desprezar a realidade negativa vivida por 12% dos respondentes, pelo contrário.

Quadro I: As grandes áreas do inquérito



Fonte: Risk and safety on the internet. EU Kids Online Final Report (Livingstone, Haddon e Gorzig, 2011: 14)

Este artigo incidirá apenas na apreciação dos resultados portugueses retirados da primeira colunas do Quadro I, na sua atenção aos contextos de acesso e de uso, bem como às actividades e competências declaradas pelas crianças e jovens em Portugal, inserindo esses resultados também na paisagem europeia. Pela sua extensão, a apresentação e discussão dos resultados gerais do país, que ocorreu numa conferência nacional em Fevereiro de 2011 (ver www.fcsh.unl.pt/eukidsonline) não é aqui possível, estando em preparação um livro que inclui, além do desenvolvimento destes resultados, análises sobre as mediações familiares, dos amigos, da escola e outras, sobre os tempos e os espaços do uso e sobre os riscos inquiridos neste inquérito europeu e que reúne ainda contributos de especialistas e responsáveis nacionais em matéria de segurança e protecção das crianças (Ponte, org., no prelo).

Portugal: Crianças entrevistadas e ambientes de acesso à internet

Foram entrevistadas em Portugal 1000 crianças (9-16 anos) que declararam usar a internet, numa distribuição equilibrada por sexo (500 de cada) e idades: entre 11 a 13% de cada faixa de idade dos 9 aos 16 anos.

Uma primeira diferença em relação à média europeia assenta na caracterização socioeconómica dos agregados familiares tendo como base a ocupação e o nível de instrução do seu principal mentor financeiro²: mais de metade (53%) dos agregados são de nível socioeconómico baixo, um valor só ultrapassado pela Turquia (média europeia: 19%); 33% são de nível médio (média europeia: 42%) e 15% de nível elevado (média europeia: 34%).

O uso da internet em casa pode estar confinado aos espaços comuns, como a sala ou o escritório, ou alargar-se a espaços privados, como o quarto da criança. Portugal é o terceiro país europeu onde mais crianças e jovens declaram aceder à internet nos seus quartos (67%), muito acima da média europeia (49%): apenas um em quatro respondentes declara não poder aceder à internet no quarto (média europeia: 38%). Valores superiores de acesso no quarto ocorrem apenas na Dinamarca (74%) e Suécia (68%), ambos da Europa do norte, com elevadíssima penetração e consolidação da internet e das tecnologias digitais nos lares e onde os pais acedem diariamente mais do que os filhos (ver Gráfico 2). Apenas na Bélgica, em França e na Irlanda mais de metade das crianças declara não poder aceder à internet no quarto. O elevado acesso no quarto está também acima da média de outros países do sul europeu (Itália e Chipre, 62%; Grécia, 52%) mas contrasta com os resultados do país vizinho, onde os valores coincidem: em Espanha, 42% das crianças e jovens declara poder aceder no quarto e outros 42% não podem.

Se as idades marcam, sem surpresa, uma diferença relativamente ao uso no quarto, entre mais velhos (13-16) e mais novos (9-12), as diferenças por sexo ocorrem sobretudo nos mais novos: apenas metade das raparigas dessa idade acede à internet no quarto, numa diferença acentuada face aos rapazes da mesma idade (62%) e que ainda se faz sentir nos mais velhos, embora seja menor (72 para 76%). Parece, pois, haver maior reserva a permitir o acesso à internet no quarto de uma filha do que de um filho, nos lares portugueses. De notar ainda que entre as crianças portuguesas, excepto entre os rapazes mais velhos, o acesso à internet no espaço comum ocorre mais nos espaços comuns da casa do que no espaço do quarto.

Por origem social, a desigualdade dos acessos espelha as diferenças: crianças e jovens de agregados com estatuto socioeconómico elevado usufruem de uma maior facilidade de acesso à internet, tanto nos espaços comuns (86%) como no quarto (75%); 83% de crianças de agregados médios e 73% de agregados com menos recursos referem os espaços comuns, coincidindo no acesso à internet no quarto (66%). Por outro lado, sendo as que dispõem de mais recursos em casa, as crianças de agregados socioeconómicos mais elevados declaram usar menos a internet em casa de amigos, na escola, em bibliotecas e noutros espaços públicos de acesso livre, apontando para um uso mais solitário e individualizado deste meio.

Fora de casa, a escola, referida por 72% de crianças e jovens, e as bibliotecas públicas e espaços afins, de acesso gratuito, referidas por 25%, são importantes locais de democratização do acesso à internet, ambas acima da média europeia, respectivamente de 63 e 12% (a percentagem de acesso em bibliotecas mais que duplica essa média). Apenas 15% das crianças e jovens de estatuto socioeconómico elevado declara frequentar bibliotecas e apenas 60% indica a escola como lugar de acesso.

Ao contrário do que parece ocorrer em casa, na escola, ambos os sexos apresentam valores próximos na utilização da internet: 65% dos rapazes e 67% das raparigas de 9-12 anos, 80% entre os mais velhos. Nas bibliotecas, os valores são também próximos: 19% dos rapazes e 16% das raparigas, nos mais novos; 30% dos rapazes e 34% das raparigas, nos mais velhos, sendo este um dos raros resultados em que as raparigas lideram no acesso. O arco da procura liga assim a privacidade do quarto ao espaço público de acesso livre, com *wireless*, convívio e socialização, onde crianças e jovens se sentem confortáveis e “em casa”, uma alternativa também quando os recursos do próprio acesso à internet escasseiam, como dão conta estes dois depoimentos:³

Venho para aqui quando a net em casa acaba. É uma pen e tem limite de tempo. Aqui também posso ver o que gosto, é como em casa. (Luís, 15 anos, Biblioteca Municipal de Ponte de Sor)

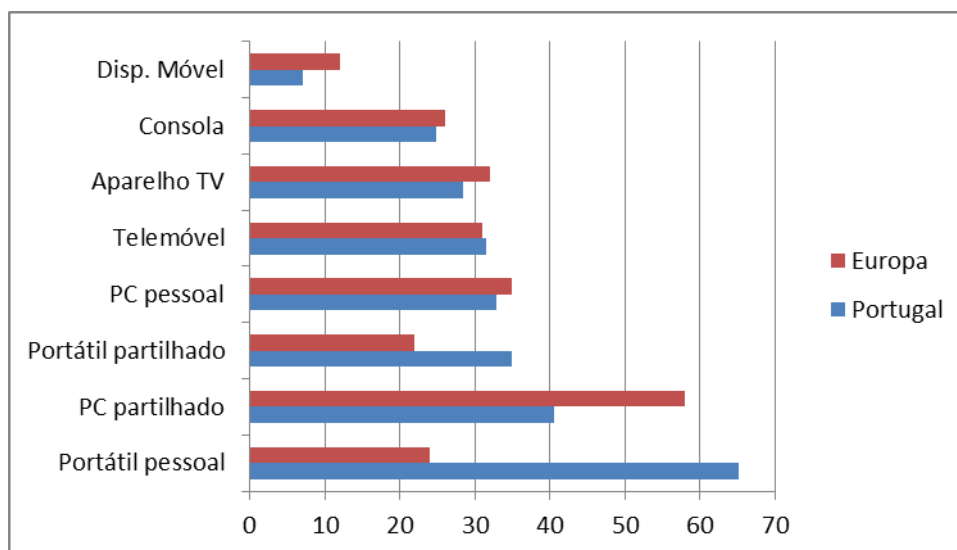
Venho aqui mais para conviver. Comecei a gostar das pessoas que vinham cá e comecei a vir mais. (Cláudia, 13 anos, Espaço Jovem de Linda-a-Velha, Oeiras)

Os meios de acesso à internet

O Gráfico 1 mostra a distribuição dos meios pelos quais as crianças e jovens acedem à internet no país e a média europeia, num confronto tecnológico que contrasta o predomínio de PC partilhados, na média europeia (58%) com a liderança destacada dos portáteis, tanto de acesso pessoal (66%) como partilhado (35%) no nosso país. Não se verificam diferenças tão grandes nos restantes meios de acesso, secundários no contexto nacional e europeu, sendo mais notórias as diferenças no acesso por dispositivos móveis e por aparelhos de televisão, menos presentes em Portugal.

A afirmação da posse do portátil individual, onde lideramos no conjunto dos 25 países, será consequência das políticas de incentivo à aquisição destes meios no âmbito dos programas E-Escolas, E-escolinhas e outros e que promoveram uma democratização na posse destes bens: aliás são as crianças e jovens de meio socioeconómico mais baixo quem apresenta uma percentagem ligeiramente superior de acesso, sendo este o único meio em que lideram.

Gráfico 1: Meios usados pelas crianças para aceder à internet em Portugal e na Europa (%)



Que equipamentos usas para aceder à internet actualmente?

(Base: Todas as crianças que usam a internet)

Alcançada essa democratização no acesso ao portátil, as diferenças nos recursos e nas partilhas têm uma marca social: verifica-se uma maior prática de partilha de meios entre as crianças e jovens de agregados de nível socioeconómico elevado, tanto dos computadores de secretária como dos portáteis, possivelmente a partilhar esses meios com os pais e irmãos em casa, e a declararem um maior acesso por consola, menos condicionado por restrições técnicas. Pelo contrário, crianças e jovens de agregados com nível socioeconómico baixo são os que menos declaram partilhar

computadores, tanto portáteis como PCs, e os que menos têm acesso à internet por PC pessoal (28%), consola (22%) e dispositivos móveis (5%), sugerindo que passaram do zero em meios de acesso para o portátil pessoal no seu acesso à internet em casa. Por sua vez, as crianças e jovens de estatuto socioeconómico médio são os que mais indiciam “ambientes ricos em media” (Livingstone, 2002), a sugerir um forte e anterior investimento das famílias na disponibilidade aos mais novos dos meios mais avançados: são quem lidera no acesso pelo PC pessoal, aparelhos de televisão e telemóvel.

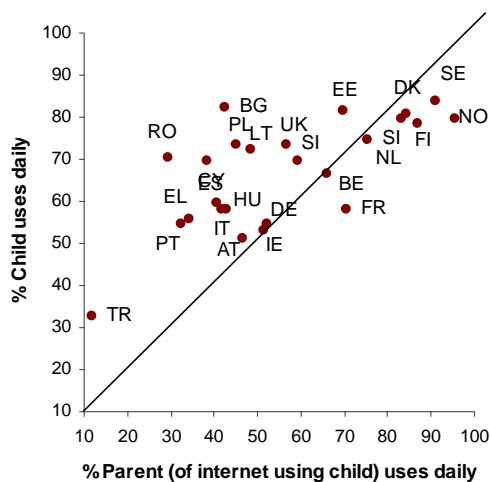
Desde quando e com que frequência

A idade do primeiro acesso varia bastante com os países e com o seu histórico de penetração da internet. Tendo presente que as idades dos inquiridos se estendem até aos 16 anos, os países do norte europeu são os que apresentam um início mais cedo: Suécia (7 anos); Estónia, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Reino Unido (8 anos). No extremo oposto, temos a Grécia (11 anos) e a Itália, Turquia, Roménia, Áustria e Portugal, com a idade do primeiro acesso à internet a situar-se nos 10 anos.

A frequência do acesso permite averiguar até que ponto este se insere no quotidiano das crianças e jovens, não sendo, portanto, algo de fortuito ou ocasional. Neste sentido foram distinguidos vários níveis de frequência (uso diário ou quase todos os dias; uma ou duas vezes por semana; uma ou duas vezes por mês; mais raramente). Enquanto a média europeia no que se refere à frequência diária (ou quase todos os dias) do uso da internet por crianças e jovens revela alguma diferença por origem social, entre extremos de nível socioeconómico (baixo: 49%; elevado: 64%), essa diferença está atenuada em Portugal, situando-se entre 52 e 57%.

Em termos comparados, a frequência diária da internet, por crianças e pais em Portugal está entre as mais baixas nos 25 países inquiridos, como se pode ver no Gráfico 2. Por outro lado, é visível não só que as crianças acedem mais à internet do que o progenitor entrevistado (78% e 66%, respectivamente), como a usam com maior frequência⁴, num cenário que ocorre também noutros países do sul: Grécia (muito perto de Portugal), Espanha e Chipre coincidem, Itália e Turquia.

Gráfico 2: Relação entre o uso diário da internet por crianças e por pais em 25 países



Fonte: Risk and safety on the internet. EU Kids Online Final Report (Livingstone, Haddon e Gorzig, 2011: 32)

Actividades: escassa produção digital

Para identificar o que as crianças europeias fazem na internet foi organizada uma lista de 15 actividades que constituem um leque diversificado de situações de aprendizagem, de divertimento e lazer e de comunicação. Ressaltou a nível europeu que as crianças e jovens realizam cerca de metade das actividades listadas (ver Quadro II, adiante), que a cultura participativa é a menos presente relativamente a actividades relacionadas com procura de conteúdos de informação e entretenimento, e com contactos, que existem aqui diferenças por nível socioeconómico dos agregados: em famílias de nível elevado a média de actividades situou-se nos 7.6, para 7.3 entre as de nível médio e 6.7 nas de nível mais baixo (Sonck e tal, 2011).

Em Portugal, a distribuição hierárquica dos resultados declarados pelas crianças sobre o leque das 15 actividades listadas segue o padrão europeu, colocando no topo também o uso da internet para apoio aos trabalhos de casa, um pouco acima da média europeia. Seguem-se outras actividades também mais relacionadas com conteúdos recepcionados, actividades de comunicação e, por fim, actividades ligadas a uma intervenção produtiva, crianças e jovens enquanto fornecedores, eles mesmos, de conteúdos.

Como se vê no Quadro II, em muitas destas actividades, as diferenças percentuais por estatuto socioeconómico são reduzidas, mas os valores mais baixos de dois terços das actividades listadas (ver vídeo-clips, mandar e receber e-mails, seguir notícias, colocar fotos e músicas online, usar uma webcam, colocar mensagens em blogs e sites, visitar mundos virtuais e escrever um blogue) pertencem a crianças e jovens de origem social baixa. São, numa maioria, actividades relacionadas com produção e iniciativa pessoal, bem como com um universo da leitura e de uma escrita mais estruturada, para além de exigirem recursos técnicos e de acesso, como a qualidade da banda larga. Ainda que com diferenças também reduzidas, as crianças e jovens de estatuto socioeconómico baixo lideram apenas em duas actividades: extracção de músicas e de filmes e visitas a salas de chat, duas actividades com maior histórico, que antecedem as potencialidades da Web 2.0. Por sua vez, as

crianças e jovens de agregados de estatuto socioeconómico médio destacam-se pela sua liderança em actividades lúdicas e de produção e troca, tirando mais partido da tecnologia: são de longe as que mais jogam online e as que criam mais avatares. Embora a percentagem seja baixa, são também as que mais visitam mundos virtuais, põem mensagens, fotos e vídeos e partilham ficheiros.

Quadro II: Actividades na internet, por estatuto socioeconómico do agregado familiar (%)

Actividades na internet	Elevado	Médio	Baixo
Trabalhos de casa	92	90	89
Ver vídeo clips	81	74	71
Enviar e receber mails	80	68	66
Usar Messenger	73	69	69
Visitar perfil em rede social	56	50	53
Jogar online	50	64	52
Usar uma webcam	43	39	32
Descarregar música, filmes	42	43	44
Ler as notícias	41	38	32
Pôr fotos ou vídeos	33	35	32
Visitar um chatroom	17	16	21
Criar um avatar	16	25	18
Pôr mensagens em sites e blogues	15	18	11
Partilhar ficheiros	12	15	8
Visitar mundos virtuais	11	14	10
Escrever um blogue	10	10	7

Para cada uma das actividades que te vou ler, diz-me por favor se a fizeste no último mês, na internet.

Base: Todas as crianças que usam a internet (resposta múltipla)

No país, também são de considerar as diferenças por sexo no que se referem a actividades, estando menos diluídas do que na média europeia. Entre as crianças de 9-12 anos, mais de metade dos rapazes realiza cinco das 16 actividades: usar Messenger (53%); enviar e receber mails (56%); ver vídeo clips (61%), jogar online (70%) e fazer trabalhos de casa (87%); pelo contrário, as raparigas dessa idade – com um acesso menos corrente à internet, como vimos – apenas destacam os trabalhos de casa (90%): todas as outras actividades estão abaixo da metade, embora duas delas se aproximem: ver vídeo-clips (49%) e usar Messenger (47%).

Entre os jovens de 13-16 anos, as actividades listadas por rapazes e raparigas são mais comuns: a seguir também aos trabalhos de casa, aparecem actividades de entretenimento e de comunicação: ver vídeo clips, usar Messenger, enviar e receber mensagens e visitar perfis em redes sociais. No leque seguinte, os rapazes diferenciam-se no maior interesse pelos jogos (a maior clivagem), no descarregar de conteúdos de lazer, na leitura de notícias e em actividades de partilha, participação e exploração do universo tecnológico da rede: carregar conteúdos pessoais, escrever mensagens em sites e blogues, visitar mundos virtuais, partilhar ficheiros, ainda que com valores relativamente baixos, como vimos.

Competências digitais: idade e meio social importam

Para a medição da literacia digital foram considerados três tipos de medidas declaradas pelos respondentes: 1) a variedade e a profundidade das suas actividades na internet, tendo como base o pressuposto de que quanto menos uma criança ou um jovem usar a internet menos poderá desenvolver as suas competências digitais; 2) a auto-avaliação da eficiência pessoal em perguntas como *eu sei muitas coisas sobre a internet* ou *eu sei mais sobre a internet do que os meus pais*; e 3) competências específicas concretas em matéria de segurança, estas interrogadas apenas a crianças e jovens com mais de 11 anos, sobre as quais incidiremos aqui.

Como se destaca no relatório sumário sobre literacia digital e competências de segurança com base nos resultados europeus (Sonck, Livingstone et al., 2011: 2), as competências digitais aqui contempladas foram mais instrumentais e informacionais (compreender, navegar, avaliar) do que sociais (comunicação, privacidade, auto-revelação). Ressaltou dos resultados que as competências declaradas se situam pela metade das listadas, com deficiências no saber bloquear ou filtrar conteúdos. Por variações etárias, as mais novas revelaram falta de importantes competências e por meios sociais as de nível socioeconómico mais elevado apresentaram-se com um maior domínio do que as de nível mais baixo.

No inquérito europeu, a média de auto-reconhecimento das oito competências inquiridas situou-se em 4,2, sendo as mais respondidas: saber bloquear uma mensagem de alguém com quem não se deseja o contacto, saber marcar um site nos Favoritos (ambos com 64%), e encontrar informação de segurança (62%). Cerca de metade dos respondentes declarou saber mudar definições de privacidade e saber comparar sites para avaliar a qualidade da informação (ambos com 56%), apagar o histórico pessoal (52%) e impedir correio e lixo electrónico (51%).

No nosso país, as competências declaradas estão quase todas acima da média europeia, sendo de destacar como maiores diferenças o Marcar nos Favoritos (76%) e Mudar definições de privacidade (62%). O Quadro III, que apresenta a média nacional, destaca as diferenças na declaração destas competências, por idade, sendo bem visível a acentuada diferença.

Quadro III: Competências na internet, por grupos de idade (%)

Competências na internet	11- 13	14-16
Marcar um site, ou seja adicioná-lo aos "Favoritos"	64	86
Bloquear mensagens de uma pessoa com quem não queres ter contacto. Ou seja, usar as definições que te permitem impedir que essa pessoa entre em contacto contigo na internet	55	77
Apagar o registo dos sites que visitaste	51	77
Alterar as definições de privacidade no perfil de uma rede social. Ou seja, as definições que decidem que informação tua pode ser vista por outras pessoas na internet	50	75
Encontrar informação sobre como usar a internet de forma segura	45	77
Bloquear publicidade indesejada ou lixo electrónico	42	73
Comparar sites diferentes para verificar se a informação é verdadeira	45	67
Alterar as preferências dos filtros (ou seja, alterar a forma como o teu computador ou a internet filtra ou selecciona que sites tu podes ou não ver)	33	60

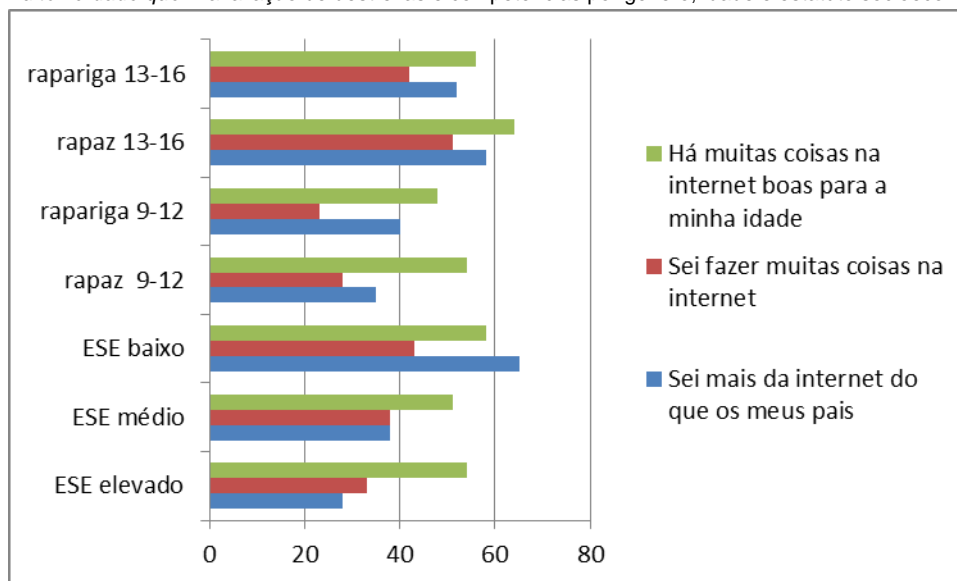
Que coisas destas sabes fazer na internet? Responde por favor sim ou não para cada uma das coisas seguintes...

Base: Crianças e jovens com mais de 11 anos (resposta múltipla)

Como nos resultados europeus, as competências variam muito entre os 11 e os 17 anos, num processo de acumulação de saberes que se consolida pela adolescência (14-16 anos). Entre os mais novos, metade ou mais declara dominar competências como o registo nos Favoritos, bloquear mensagens indesejadas, apagar registos e mudar definições de privacidade. Entre os mais velhos, quase todas as competências foram assinaladas por três em cada quatro respondentes. A competência mais ligada à literacia informacional (comparar websites) regista um dos menores valores, entre mais velhos e mais novos, e que mais de metade destes não declara saber encontrar informação sobre segurança.

Confirmando também as tendências encontradas nos resultados europeus, a distribuição de competências por estatuto socioeconómico mostra em várias categorias uma aproximação de valores mas jovens de agregados com estatuto socioeconómico elevado lideram em quatro das oito categorias, relacionadas sobretudo com potenciar oportunidades e minimizar aspectos negativos de conteúdos recebidos: marcar nos favoritos, bloquear imagens e spam, encontrar informação sobre segurança. Por sua vez, os jovens de agregados de estatuto socioeconómico baixo lideram em competências relacionadas com a defesa da exposição pessoal: apagar registos, mudar definições de privacidade e mudar preferências. Os jovens de agregados médios lideram apenas na ligeira vantagem com que mais declaram comparar websites.

É também de destacar o modo como crianças e jovens avaliam as actividades da internet e as suas competências pessoais, pelo que significam de uma apreciação positiva das oportunidades da internet, das suas próprias competências e sobre a comparação entre os seus saberes e os dos seus pais (Gráfico 3).

Gráfico 3: *É muito verdade que...* avaliação de destrezas e competências por género, idade e estatuto socioeconómico (%)

Até que ponto, as seguintes frases sobre ti são verdadeiras?

Base: Todas as crianças que usam a internet

Como o Gráfico ilustra, em todas as idades e em ambos os sexos predomina a concordância com a afirmação das oportunidades da internet, numa consideração muito positiva partilhada sempre por mais de metade dos respondentes que cresce com a idade. Já em relação às competências pessoais, os rapazes são mais afirmativos, o que está em sintonia também com as suas mais amplas actividades, tanto nos mais novos como nos mais velhos.

Por fim, relativamente à comparação de saberes com os pais, apesar de mais de metade dos respondentes não declarar a sua adesão total a estas afirmações (à excepção dos mais velhos, que a sublinham) predomina a consideração de que sabem mais sobre a internet do que os seus pais, mesmo entre as crianças mais novas: 54% dos rapazes e 48% das raparigas concordam totalmente com a afirmação, valores superiores à concordância parcial ou à discordância.

Para este valor, contribuirá o peso elevado de crianças e jovens pertencentes a agregados de estatuto socioeconómico baixo, mais de metade da amostra. Nesta resposta, a diferenciação social pelo grau de conhecimento da internet dos pais é elucidativa: 65% de respostas de crianças de agregados de estatuto socioeconómico baixo, 38% de agregados com estatuto socioeconómico médio e 28% com estatuto socioeconómico elevado. Como se lê no mini-report sobre literacia digital (Sonck, Livingstone e tal., 2011: 3) a propósito do maior número de respostas de total concordância relativamente à supremacia de saberes digitais face aos pais, em famílias menos privilegiadas, “uma vez que não há diferenças por estatuto sócio-económico na afirmação de que sabem muito sobre a internet, estes resultados apontam para a consciência por parte das crianças desses meios de que as competências digitais dos seus pais são inferiores às suas”.

De facto, e apesar da sua democratização em Portugal, a batalha pelo acesso à internet enfrentando a resistência familiar continua a ser travada, como nos mostram as palavras de uma rapariga de 11 anos, entrevistada numa biblioteca pública⁵, utilizadora precoce e competente de

redes sociais (formalmente interditas a menores de 13 anos) para quem os espaços não domésticos são a sua possibilidade de inclusão digital:

Em minha casa ninguém usa a internet, nem mesmo eu, porque os meus pais não querem, dizem que é perigosa mas eu acho que não. Tem que se ter cuidado mas eu sei usar. Não se fala com ninguém a não ser com os amigos da escola e só se adicionam pessoas que se conhecem. Não tenho morada nem escola no meu Facebook, mas os meus pais não gostam da internet na mesma. Só uso na escola e nas bibliotecas.

Linhas em destaque

Várias linhas emergem dos ambientes online vividos em Portugal, marcados por um contexto de acentuada diferenciação social e por uma desigualdade geracional no acesso e uso frequente da internet.

Sem deixarem de existir bolsas de resistência ao acesso e uso da internet por parte de crianças e jovens, as famílias portuguesas, em particular as de meios socioeconómicos menos favorecidos aderiram às políticas de aquisição de computadores e serviços da internet, apoiadas pelas indústrias de tecnologias de comunicação, num desejo de proporcionar aos filhos bens e acessos que estão na ordem do dia. O país destaca-se da média europeia pelo elevado número de acessos à internet no quarto da criança ou jovem (e a baixa interdição do seu acesso aí) e pela fortíssima posse de portáteis pessoais como meios de acesso, que quase triplica a média europeia.

A posse de computadores portáteis não aparece marcada pela diferenciação social, num país que contrasta uma larga maioria de agregados de estatuto socioeconómico baixo com uma minoria de agregados de estatuto socioeconómico elevado. As diferenças estão no que se segue. O acesso à internet foi facilitado mas continua desigual, porque dependente das modalidades de aquisição. Talvez por isso o país destaca-se na paisagem europeia pela maior procura de bibliotecas e outros espaços públicos de acesso à internet, sobretudo por parte de crianças e jovens de agregados com menos recursos económicos, esgotados que estejam os seus *plafonds* pessoais. Se uma maior democratização do acesso à internet é uma realidade, ela não deixa de se operar em condições desiguais no que se refere a recursos materiais, sociais e culturais.

Por sua vez, as bibliotecas públicas e outros espaços de acesso livre constituem oportunidades de socialização e de convívio, e certamente também de aprendizagem por pares que estão a ser muito mais procurados pelos mais novos. São espaços com potencial para uma intervenção mais pró-activa por parte de monitores conhecedores dos seus interesses e capazes de empatia e de estimulação de outras práticas de *empoderamento* do meio internet.

Ainda a um nível geral, se as actividades realizadas pelas crianças e jovens em Portugal não variam muito relativamente à média europeia, as diferenças em relação à declaração de competências sugerem a necessidade de conhecer melhor o que os leva a responder desse modo: o que tornou possível que os jovens portugueses adquirissem as competências que declaram, bastante acima da média europeia? Terá sido a formação na escola ou em família? A partilha de informações com pares? Outras formas? E será que a essas declarações de competência correspondem as respectivas acções? As respostas a estas particularidades convidam a mais pesquisa, centrada nos

processos de aquisição de competências técnicas e nas condições facilitadoras para o incremento do leque de actividades – e das suas oportunidades.

Referências:

- Haddon, L. and C. Ponte (2010). A pan-European study on children's online experiences: contributions from cognitive testing. IAMCR 2010, Braga.
- Hasebrink, U., S. Livingstone, et al. (2009). Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online. London: LSE: EU Kids Online. London, LSE: 132.
- Livingstone, S. (2002). Young People and New Media. London, Sage.
- Livingstone, S. and L. Haddon, Eds. (2009). Kids Online. Bristol, Policy Press.
- Livingstone, S., L. Haddon, et al. (2011). Risk and safety on the internet. The perspective of European children. Final findings from the EU Kids Online survey of 9-16 year olds and their parents. London, LSE.
- Livingstone, S., Haddon, L. et al. (ed.) (no prelo). Children, risk and safety online. Research and policy challenges in comparative perspective. Bristol: Policy Press
- Lobe, B., S. Livingstone, et al. (2008). Best Practice Guide on researching with children. London: LSE (www.eukidsonline.net)
- Lobe, B., S. Livingstone, et al. (2007). Researching children's experiences on the Internet across Countries: Issues and Problems in Methodology. London: LSE www.eukidsonline.net)
- Ponte, C., Simões, J.A, et al (ed) (no prelo) Crianças e internet em Portugal. Resultados nacionais do inquérito europeu EU Kids Online e comentários de especialistas. Lisboa: Livros Horizonte
- Sonck, N., S. Livingstone, et al. (2011). Digital Literacy and Safety Skills. Mini-report. London, LSE (www.eukidsonline.net).
- Staksrud, E., S. Livingstone, et al. (2007). What do we know about children's use of online technologies? A report on data availability and research gaps in Europe. London, L

O inquérito utilizado, na versão em língua inglesa, pode ser consultado no site do Projecto (www.eukidsonline.net).

² Para o estatuto socioeconómico foram considerados o nível de instrução e a ocupação do principal provedor financeiro. A distinção foi feita em três grupos: Estatuto socioeconómico elevado corresponde às categorias A+B+C1; estatuto socioeconómico médio: categoria C2; estatuto socioeconómico baixo: categorias D+E, usadas em sondagens de mercado.

³ Depoimentos recolhidos no âmbito do Projecto Inclusão e Participação Digital (Programa UTAustin|Portugal), por Ana Nunes, Joana Tadeu e João Nunes, para o Seminário de Metodologias de Investigação em Estudos dos Media e do Jornalismo (FCSH-UNL, 2010-2011).

⁴ Nos agregados de estatuto socioeconómico baixo, as restrições do acesso à internet por parte dos pais acentuam-se: 86% acede a partir de um único local (para 55% dos agregados de ESE médio e 33% nos de ESE elevado) e apenas um terço acede todos os dias (para 57 e 82%, respectivamente).

⁵ Depoimento recolhido no âmbito do Projecto Inclusão e Participação Digital (Programa UTAustin|Portugal), por Joana Tadeu, para o Seminário de Metodologias de Investigação em Estudos dos Media e do Jornalismo (FCSH-UNL).